



The Clash of Economic Ideas: The Great Policy Debates and Experiments of the Last Hundred Years

Lawrence H. White

New York: Cambridge University Press, 2012. (428 páginas)

ISBN: 978-1-107-62133-6

Difficilmente um livro que trate da História do Pensamento Econômico (HPE) é capaz de encantar o leitor novato. Organizado em torno de escolas de pensamento e da evolução das ideias dos autores filiados a essas escolas, o típico manual relega a um segundo plano os debates políticos que inspiraram o desenvolvimento das teorias econômicas. Desse modo, é atraente apenas para aqueles já convencidos da importância do assunto.

Ao fugir desse formato, o professor Lawrence White da George Mason University nos brinda com o seu *The Clash of Economic Ideas* [O Confronto das Ideias Econômicas], um dos melhores livros escritos sobre o tema e que, de fato, já tem sido adotado como referência principal nos cursos de alguns dos mais importantes professores de HPE da atualidade.

Como nos ensina Karl Popper (1902-1994), o ponto de partida de qualquer teoria é a formulação de problemas. Qualquer exposição interessante da evolução de alguma teoria deve também buscar o mesmo ponto de partida. Assim, o livro de White é organizado em torno da evolução, ao longo do século vinte, das crenças sobre os papéis relativos que o Estado e os mercados deveriam desempenhar na condução dos afazeres econômicos. A experiência docente na área nos mostra, com efeito, que nada desperta mais o interesse dos alunos do que os debates sobre as “grandes questões” ideológicas. No livro sob exame cada debate teórico é construído a partir do pano de fundo fornecido por algum evento

importante da história do século passado. O autor parte do crescimento das intervenções estatais no início do período para discutir as teses do Institucionalismo americano sobre o arcabouço institucional adequado para o Estado economicamente ativo. Em seguida, aborda a revolução russa para discutir o debate do cálculo econômico socialista. A Grande Depressão é utilizada na sequência para apresentar e discutir a teoria austríaca dos ciclos e a macroeconomia keynesiana.

A Segunda Guerra Mundial é utilizada para o exame da relação entre liberdades econômicas e políticas, tal como discutido por F. A. Hayek (1899-1992) em *O Caminho da Servidão*. O cenário do pós-guerra é utilizado para apresentar tanto o socialismo fabiano inglês como o ordoliberalismo alemão. Na segunda metade do século, o autor contrasta o renascimento das ideias liberais sobre prosperidade econômica com a crença de que a planificação econômica centralizada seria o caminho para o desenvolvimento da Índia.

A estagflação iniciada nos anos setenta, por sua vez, serve como cenário da análise do monetarismo de Milton Friedman (1912-2006) e do declínio da influência de John Maynard Keynes (1883-1946). O crescimento dos Estados no final do século é utilizado para discutir as teses da Escola da Escolha Pública, a expansão do comércio internacional e a economia dos déficits públicos crônicos.

Como White é um especialista em teoria monetária, tem posição privilegiada ao longo da obra as relações entre o tema principal do livro (Estado versus mercado) e as questões

monetárias (teóricas e políticas), como a relação entre moeda e financiamento de gastos públicos, a influência da doutrina nas necessidades do comércio no pensamento de certos setores do banco central americano (FED) nos anos vinte e o desenho das instituições monetárias a partir de Bretton Woods.

Embora a narrativa esteja centrada nos eventos do último século, o que privilegia os desenvolvimentos teóricos recentes, o livro de modo algum exclui economistas dos dois séculos anteriores. Nas palavras do próprio autor, o texto é marcado por idas e vindas, como em um filme de Quentin Tarantino. A análise da chegada ao poder do partido trabalhista inglês no pós-guerra, por exemplo, recupera a discussão do socialismo fabiano do casal Sidney Webb (1859-1947) e Beatrice Webb (1858-1943), a crítica da renda da terra de Henry George (1839-1897) e o utilitarismo de Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873). A discussão da Sociedade Mont Pèlerin e do ressurgimento do liberalismo clássico na metade do século, por sua vez, inclui extensa análise das doutrinas de Adam Smith (1723-1790), ao passo que o exame do *New Deal* trata das influências de Thorstein Veblen (1857-1929), John Commons (1862-1945), Wesley C. Mitchell (1874-1948) e John A. Hobson (1858-1940) em Rexford G. Tugwell (1891-1979), um dos principais colaboradores de Frank Delano Roosevelt (1882-1945).

A originalidade do volume, dessa maneira, não repousa apenas na forma de exposição. Um economista familiarizado com a HPE tem muito a ganhar com sua leitura, pois o livro aborda vários aspectos normalmente desconsiderados, como o surgimento do pensamento intervencionista nos primeiros autores neoclássicos, a discussão do *free banking* no pensamento monetário do século dezenove, a discussão das explicações macroeconômicas anteriores a Keynes, em particular a austríaca, o revisionismo crescente sobre as políticas adotadas no *New Deal* ou o contraste entre as visões neoclássica e a da Escola da Escolha Pública sobre o contraste entre as falhas de mercado e de governo.

Embora o autor tenha formação austríaca e não se furte de defender posições austríacas nos debates que narra, podemos afirmar que a exposição de posições contrárias é justa, como admitem os autores de outras resenhas do mesmo livro. Honrando a tradição liberal, White leva a sério o debate de ideias e representa com cuidado as ideias de Keynes e de outros autores. Ao contrário da tendência atual de contrastar Hayek e Keynes de maneira algo superficial, a análise de White é cuidadosa e um economista keynesiano pode reclamar da falta de espaço para certos pontos de sua doutrina, mas nunca da presença de distorções caricatas da mesma. Assim, penso que o estudante brasileiro se beneficiará com a exposição a um exemplo da tradição austríaca de erudição que respeita o debate de ideias.

Apenas no debate do cálculo econômico socialista acredito que a exposição dos modelos neoclássicos de socialismo de mercado mereceriam tratamento um pouco mais detalhado e, além disso, no que diz respeito à relação entre o debate teórico e a experiência soviética, creio que o autor faz excessivas concessões à importância dos problemas de incentivos, tal como enfatizados pela moderna economia da informação, em relação ao problema original do cálculo.

Uma das principais lições derivadas da leitura do volume consiste no teste, em uma perspectiva de longo prazo, das opiniões dos grandes economistas do século passado. Em uma era dominada metodologicamente pelo positivismo, as questões mais amplas são deixadas de lado em favor de temas mais estreitos, que possam ser modelados formalmente e testados econometricamente. Quando as crenças dos economistas considerados tecnicamente brilhantes são vistas com a devida distância no tempo, porém, podemos averiguar o quão errôneas essas mesmas opiniões se revelaram e admirar a clarividência dos grandes economistas liberais, considerados tecnicamente ultrapassados. Basta, como um exemplo, olhar a lista fornecida por White dos eminentes economistas que apoiaram entusiasticamente o fracassado planejamento cen-

tral indiano. No longo prazo, os economistas liberais tinham razão apenas devido aos seus “instintos corretos”, como querem alguns dos economistas “técnicos”, que se recusam a seguir seus próprios conselhos metodológicos e abandonar seus modelos diante de refutação histórica? Ou existe algo de valor nos sistemas explanatórios dos “economistas literários”, cujas críticas anteciparam perfeitamente os problemas inerentes as políticas econômicas salvadoras propostas pelo primeiro grupo?

Depois de descrever e avaliar o livro, devemos ainda contribuir brevemente com um interessante problema posto por White logo na introdução de sua obra. Como o livro trata do desenvolvimento das ideias econômicas paralelamente aos eventos históricos e políticas defendidas ao longo do século vinte, surge naturalmente o antigo problema sobre a ordem de causalidade: as ideias teóricas influenciam de forma significativa no longo prazo o curso das políticas adotadas, como acreditam tanto Hayek quanto Keynes, de modo que os homens práticos seriam de fato “escravos de algum economista defunto” ou elas seriam mero reflexo dos interesses econômicos, como acreditam Karl Marx (1818-1883) ou ainda Vilfredo Pareto (1848-1923)?

White mostra a virtude de não se comprometer com nenhum reducionismo exagerado (p. 6), notando que eventos como a adoção de políticas expansionistas durante a Grande Depressão (antes da formulação das teorias de Keynes) favorecem a interpretação paretiana, ao passo que o sucesso em 1846 da campanha da Liga Anti Lei dos Cereais, capitaneada por John Bright (1811-1889) e Richard Cobden (1804-1865) sugere que as ideias teriam consequências, como preferem Hayek e Keynes. A difusão das ideias deste último, para White, ilustrariam a teoria austríaca do capital aplicada à produção intelectual: o keynesianismo teria se difundido dos economistas de Harvard para a profissão em geral e desta para jornalistas (que fazem parte dos “*second hand dealers on ideas*” de Hayek) e finalmente para os políticos.

White deixa, no entanto, ao leitor a tarefa de elaborar sua própria resposta ao problema, jamais voltando diretamente ao tema. Alias, um defeito do livro é precisamente a falta, no final da obra, de qualquer articulação dos diferentes temas tratados ao longo do texto. Embora não haja nenhuma resposta simples perfeitamente adequada para o problema, podemos contribuir com um aspecto que deve ser levado em conta.

A sequência de capítulos do livro revela claramente o padrão que identificamos no primeiro volume neste periódico como a teoria austríaca dos ciclos intervencionistas: expansão do Estado iniciada por uma demanda ideológica e consequente fortalecimento de grupos de interesse, seguida de reformas liberalizantes, mesmo na ausência de uma ideologia liberal com força política significativa, já que o acúmulo de distorções causadas pela escalada intervencionista diminui a margem de manobras dos políticos e requer reformas na direção contrária¹. De fato, o livro de White narra o movimento de rejeição aos mercados em favor do Estado, seguido de crises do intervencionismo e de posterior reestabelecimento relativo na importância da liberdade econômica.

Pois bem, ao longo desse processo, podemos vislumbrar uma assimetria que substantia nossa conjectura: na fase ascendente do ciclo o fator ideológico é preponderante e as ideias favoráveis ao crescimento do Estado têm maior influência na adoção de políticas – o cenário de Hayek-Keynes se impõe.

Na fase descendente do ciclo, marcada por crises, o cenário de Pareto se torna mais plausível – e a conjuntura econômica determina que ideias serão consideradas. Aqui devemos dividir a análise em mais um desdobramento: se fatores monetários permitem que a crise seja adiada, ideias que defendem uma “terceira via” intervencionista prevalecem,

¹ Ver: BARBIERI, Fabio. A Teoria Austríaca do Intervencionismo. *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, Vol. I, No. 1 (Jan.-Jun. 2013): 75-86.

pela acomodação das resistências dos interesses gerados pela atividade de *rent-seeking* e das preferências ideológicas estatistas. Nesse caso, os interesses selecionam as ideias.

O mesmo ocorre no outro cenário, no qual a crise não pode ser adiada, de modo que sua não solução ameaça inclusive a dissolução do regime de privilégios legais estabelecidos. Nesse caso, a realidade impõe a famosa persistência de ideias ditas “neoliberais”, mesmo na ausência de qualquer força política defensora de tais crenças.

Penso que nesse último cenário se encaixa o caso da Liga Anti-Lei dos Cereais. A miséria causada pelo protecionismo comercial assumiu proporções que não permitiriam adiar uma solução liberal sem distúrbios políticos maiores. Correta essa conjectura, devemos desconfiar da narrativa padrão, esposada por White, que atribui significativo poder transformador das ideias. ∞

Fabio Barbieri

Professor de Economia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP-USP)

Mestre e doutor em Teoria Econômica pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP)

Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP)

Membro do Conselho Editorial de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*

fbarbieri@usp.br